

**HABEAS CORPUS Nº 567.488 - PR (2020/0071118-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : YASMIM ZANUTO LEOPOLDINO  
**ADVOGADO** : YASMIM ZANUTO LEOPOLDINO - SP441367  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : HIGOR RICARDO DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 114):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE - ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HÁ PROVAS DE SEU ENVOLVIMENTO NA PRÁTICA DELITIVA - IRRELEVÂNCIA PARA ESTE MOMENTO - QUESTÃO QUE DEPENDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA E DEVERÁ SER ANALISADA PELO MM. JUÍZO DE ORIGEM POR OCASIÃO DA SENTENÇA, QUANDO FIZER ANÁLISE DE TODO O CONJUNTO PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS - TESE QUE NÃO PODE SER ANALISADA EM SEDE DE HABEAS CORPUS, EIS QUE A VIA É INADEQUADA PARA TANTO - IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA NESSA PARTE. TESES DE QUE NÃO HOUE LTERAÇÃO NA SITUAÇÃO FÁTICA A PERMITIR A REVOGAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA AO PACIENTE PELO PLANTÃO JUDICIÁRIO, DE QUE NÃO ESTÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA E DE QUE O DECRETO PRISIONAL NÃO FOI DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO - IMPROCEDÊNCIA - AUSÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE NA REVOGAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA AO PACIENTE EM SEDE DE PLANTÃO JUDICIÁRIO - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 311 E 338, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PEDIDO DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PELO MM. JUÍZO DA CAUSA, AO APRECIAR O PEDIDO DO ÓRGÃO ACUSATÓRIO. PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - DECISÃO QUE EXPÔS FATOS CONCRETOS A DEMONSTRAR O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E A NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EM RAZÃO DO MODUS OPERANDI E DOS INDICATIVOS DE REITERAÇÃO DELITUOSA PELO PACIENTE. AUSÊNCIA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 18/2/2020, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, e 307 do Código Penal.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, ausência de provas acerca do envolvimento do paciente nos delitos, bem como que o decreto possui fundamentação abstrata, não se observando presentes o requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, frisando, por fim, a primariedade e bons antecedentes do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar-se a prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva restou assim fundamentado (fls. 90-91):

[...].

Compulsando os autos, percebe-se que há indícios suficientes de que Higor possa ser o autor dos delitos de tráfico de drogas e falsa identidade, exsurgindo tais indicativos dos elementos de informação carreados no Auto de Prisão em Flagrante.

Com efeito, observa-se dos depoimentos colhidos durante a fase inquisitorial que os policiais são firmes em apontar que, ao chegar na Rua Nápoles para verificação de uma denúncia de tráfico de drogas, avistaram um indivíduo, posteriormente identificado como Kaum da Silva Marques, o qual, ao receber voz de abordagem, correu para o interior de uma residência.

Realizado o ingresso no quintal da residência e verbalização para que os ocupantes saíssem do imóvel, três indivíduos se apresentaram, sendo o primeiro deles o citado adolescente, Edyelson Tiago dos Santos e o flagranteado Higor Ricardo de Lima, sendo que este, ao ser indagado sobre seu nome, se identificou como Lucas Matheus da Silva.

Em verificação ao banco de dados, os policiais lograram êxito em obter a correta identificação do indiciado Higor Ricardo de Lima, constatando a falsidade de sua identificação.

**Outrossim, em verificação ao interior do imóvel, foram localizadas duas**

**porções de maconha pesando aproximadamente 15,4g (quinze gramas e quatro decigramas).**

Conforme narrativa do próprio flagranteado Higor, denota-se que este já possui envolvimento no tráfico de drogas. Evidente que tal situação, por si só, não tem o condão de afastar a presunção de não culpabilidade do agente, entretanto, em conjugação dos demais elementos angariados até o presente momento, o pretérito envolvimento no tráfico reforça a idéia de o indiciado estar praticando o tráfico ilícito de drogas.

Por fim, o próprio indiciado Higor afirmou que veio até esta cidade para cuidar da residência de seu amigo Edvan, pessoa esta presa pelo crime de tráfico de drogas no dia 22 de janeiro de 2020, no mesmo imóvel, com aproximadamente 3,3 kg (três quilos e trezentos gramas) de maconha (cf. autos 0000096-04.2020.8.16.0063).

Desta forma, nota-se que as condições nas quais se desenvolveu a ação e as circunstâncias pessoais do flagranteado apontam ele como incurso nos crimes de tráfico de drogas e falsa identidade.

[...].

Como se vê, do édito prisional cautelar consta apenas menção a elementos ínsitos ao tipo penal, evidenciado pelo fato de que *em verificação ao interior do imóvel, foram localizadas duas porções de maconha pesando aproximadamente 15,4g (quinze gramas e quatro decigramas).*

Note-se, ainda, que, apesar da referência constante do *decisum* com relação à apreensão de drogas, o fez apenas como indicativo de materialidade delitiva, sendo que, ao tratar dos requisitos e necessidade da custódia cautelar, não trouxe qualquer motivação concreta para a prisão, fazendo referência às circunstâncias já elementares do delito, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, defiro a liminar para soltura do paciente, HIGOR RICARDO DE LIMA, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se.

Solicitem-se informações, em especial sobre o andamento da ação penal, com o envio da respectiva senha de acesso aos autos no primeiro grau, se houver.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator